

## LEI Nº 661 DE 23 DE DEZEMBRO 2020

### *ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE – MA PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de VARGEM GRANDE aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta LEI estima a receita do Município de VARGEM GRANDE/MA para o Exercício Financeiro de 2021, detalhado pelos seus Anexos, no montante de **R\$ 187.664.191,55** (Cento e oitenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, cento e noventa e um reais e cinqüenta e cinco centavos) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo:

- I- Orçamento Fiscal no montante de R\$ 141.260.458,54 (Cento e quarenta e um milhões, duzentos e sessenta mil, quatrocentos e cinqüenta e oito reais e cinqüenta e quatro centavos);
- II- Orçamento da Seguridade Social no montante de R\$ 46.403.733,01 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e três mil, setecentos e trinta e três reais e um centavo).

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Incluem-se no total referido nesse artigo os recursos orçamentários destinados ao Poder Legislativo, Poder Executivo, Entidades Autárquicas, Fundos Especiais, bem como às empresas à título de subvenção econômica, prestação de serviços e aumento de capital.

#### **CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

## Seção I Da Estimativa da Receita e Fixação da Despesa

**Art. 2º** - A realização da receita e da despesa obedecerá às disposições contidas na Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações, bem como as diretrizes orçamentárias presentes em Lei Municipal.

**Art. 3º** - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes nos Anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

<i>RECEITAS CORRENTES</i>	<i>R\$ 167.262.191,55</i>
▪ Receita Tributária	R\$ 6.230.095,16
▪ Receita Patrimonial	R\$ 2.274.750,00
▪ Receita de Contribuição	R\$ 10.050.000,00
▪ Transferências Correntes	R\$ 147.191.846,39
▪ Receita de Serviços	R\$ 245.500,00
▪ Outras Receitas Correntes	R\$ 1.270.000,00
<i>RECEITAS DE CAPITAL</i>	<i>R\$ 24.492.000,00</i>
▪ Transferências de Capital	R\$ 24.482.000,00
▪ Alienação de Bens	R\$ 10.000,00
<i>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA</i>	<i>R\$ 4.300.000,00</i>
▪ Receita de Contribuições	R\$ 4.300.000,00
<i>DEDUÇÕES PARA O FUNDEB</i>	<i>R\$ -8.390.000,00</i>
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>R\$ 187.664.191,55</b>

**Art. 4º** - A despesa será executada segundo a discriminação e programação constantes dos quadros integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

**POR FUNÇÃO**

Código	Nome	Valor R\$
01	Legislativa	2.145.000,00
02	Judiciária	300.000,00
04	Administração	9.003.095,16
06	Segurança Pública	552.000,00
08	Assistência Social	5.796.000,00
09	Previdência Social	13.945.000,00
10	Saúde	26.662.733,01
12	Educação	86.242.863,38
13	Cultura	1.834.000,00
15	Urbanismo	28.933.500,00
16	Habitação	305.000,00
17	Saneamento	3.310.000,00
18	Gestão Ambiental	550.000,00
20	Agricultura	1.400.000,00
21	Organização Agrária	25.000,00
23	Comércio e Serviços	60.000,00
25	Energia	100.000,00
26	Transporte	2.380.000,00
27	Desporto e Lazer	1.970.000,00
28	Encargos Especiais	1.650.000,00
99	Reserva de Contingência	500.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>187.664.191,55</b>

## POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 154.569.996,39
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 32.594.195,16
RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 500.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>R\$ 187.664.191,55</b>

## POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

### 01 PODER LEGISLATIVO

1.1	Câmara Municipal	R\$ 2.145.000,00
SUBTOTAL		R\$ 2.145.000,00

### 02 PODER EXECUTIVO

2.1	Gabinete do Prefeito	R\$ 912.000,00
2.2	Secretaria Municipal de Administração	R\$ 7.658.095,16
2.3	Secretaria Municipal de Educação	R\$ 7.638.113,18
2.4	Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 5.174.400,00
2.5	Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 2.005.000,00
2.6	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	R\$ 1.960.000,00
2.7	Secretaria Municipal de Cultura	R\$ 1.799.000,00
2.8	Secretaria Municipal de Obras e Transportes	R\$ 29.600.000,00
2.9	Secretaria Municipal de Agricultura	R\$ 1.525.000,00
2.10	Fundo De Manutenção e Desenvolvimento Da Educação Básica	R\$ 73.258.000,00
2.11	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	R\$ 5.326.750,00
2.12	Secretaria Municipal de Turismo	R\$ 50.000,00
2.13	Secretaria Municipal de Comunicação	R\$ 325.000,00

2.14	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	R\$ 405.000,00
2.15	Fundo Municipal de Cultura	R\$ 25.000,00
2.16	Fundo Municipal de Turismo	R\$ 1.923.500,00
2.17	Fundo Municipal de Meio Ambiente	R\$ 10.000,00
2.18	Fundo Municipal de Habitação	R\$ 5.000,00
2.19	Fundo Municipal de Agricultura	R\$ 10.000,00
2.20	Controladoria Municipal	R\$ 100.000,00
2.21	Secretaria Municipal de Finanças	R\$ 2.435.000,00
2.22	Fundo Municipal de Saúde	R\$ 24.798.333,01
2.23	Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 4.101.000,00
2.24	Instituto de Aposentadorias e Pensões	R\$ 13.945.000,00
2.25	Fundo Municipal para Infância e Adolescência	R\$ 30.000,00
2.26	Reserva de Contingência	R\$ 500.000,00
SUBTOTAL		R\$ 185.249.191,55

**TOTAL GERAL**

**R\$ 187.664.191,55**

## Seção II

### Da Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares e Realização de Operações de Crédito

**Art. 5º** - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias a:

I – Realizar operações de crédito até o limite das despesas de capital constantes nesta Lei, nos termos do § 2º, Artigo 12, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II – Abrir créditos adicionais até o limite de 70% (setenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente, utilizando-se como fonte de recursos, os definidos no parágrafo 1º, Artigo 43, da Lei 4.320/1964;

III – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programa, nos termos do Inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal;

IV – Abrir créditos suplementares até o limite consignado na Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A adequação orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, mediante decreto, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, abrange a Administração Direta, Indireta e seus Fundos Especiais, podendo, se necessário, criar e/ou alterar elemento de despesa e fonte de recurso dentro de cada projeto, atividade ou operação especial.

**Art. 6º** - Ficam excluídos do limite estabelecido no inciso II, Artigo 5º, desta lei, os créditos suplementares:

I- Destinados a suprir insuficiências nas dotações referentes ao serviço da dívida pública;

II- Destinados a suprir insuficiências nas dotações dos Fundos Especiais decorrentes do recebimento de recursos extraordinários;

III- Destinados a suprir insuficiências nas dotações de despesas a conta de recursos vinculados;

IV- Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas às despesas a conta de receitas próprias de autarquias, fundações e empresas dependentes;

### **CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 7º** - Fica o Poder Executivo, nos termos da legislação em vigor, autorizado a:

- I- Estabelecer normas complementares pertinentes a execução do orçamento e, no que couber, adequá-lo às disposições da Lei Orgânica do Município, Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, Manuais de receitas e despesas públicas do STN, compreendendo também a programação financeira para o exercício financeiro de 2021;

- II- Consignar recursos destinados às entidades nas áreas de educação, saúde e assistência social à título de Subvenção Social, auxílios e contribuições conforme condições dispostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III- Atualizar os valores das Receitas nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021;
- IV- Desdobrar o elemento de despesa no nível da fonte de recurso, somente com autorização da Câmara Municipal;
- V- Adequar e/ou modificar as fontes de recursos dos poderes legislativo e executivo aprovadas nesta Lei e em seus adicionais com vistas ao atendimento das necessidades da execução dos programas com observância as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso;
- VI- Atender necessidades de pessoas físicas através de programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, com prévia apreciação dos conselhos municipais;
- VII- Contingenciar parte das dotações quando a evolução da receita comprometer os recursos previstos;
- VIII- Transferir recursos públicos para pessoas jurídicas, conforme condições fiscais previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e situacionais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IX- Firmar convênio ou congêneres com a União ou o Estado, em conformidade ao disposto no artigo 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 8º** - Esta **LEI** entrará em vigor a partir de **1º de Janeiro de 2021**, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE, ESTADO DO MARANHÃO,  
AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.**

**JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS**  
Prefeito Municipal de Vargem Grande